

O ESPECIFICAMENTE COMUNICACIONAL NO ESTUDO SOBRE AQUILOMBAMENTO VIRTUAL NAS REDES SOCIAIS DIGITAIS

*THE SPECIFICALLY COMMUNICATIONAL ASPECT IN THE STUDY OF VIRTUAL
'QUILOMBO' FORMATION ON DIGITAL SOCIAL NETWORKS*

*LO ESPECÍFICAMENTE COMUNICACIONAL EN EL ESTUDIO SOBRE LA
FORMACIÓN DE 'QUILOMBOS' VIRTUALES EN LAS REDES SOCIALES
DIGITALES.*

*Original recebido em: 03 de setembro de 2024
Aceito para publicação em: 03 de dezembro de 2024
Publicado em: 27 de dezembro de 2024*

Lucas Lustosa de Brito

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo •

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de explicitar o especificamente comunicacional nos processos de quilombamento virtual nas redes sociais digitais. A partir do que Abdias do Nascimento postulou como quilombismo (1998) se torna possível reconhecer nos espaços virtualizados uma atualização das abordagens práticas do quilombamento. Enfatiza-se a busca pelo especificamente comunicacional dentro das pesquisas em comunicação a partir das inquietações levantadas em Signates (2013), levando em consideração abordagens epistêmicas de um campo comunicacional. A partir das lentes de Ciro Marcondes Filho (2004) busca-se reconhecer traços do quilombamento enquanto processo comunicacional que genuinamente se consolida a partir da troca mediada pela experiência. Para a compreensão do quilombo a partir de uma perspectiva comunicacional é proposta aqui uma reflexão que toma como ponto de partida o processo de construção identitária. Em seguida a discussão se volta para a observação das práticas virtuais e os reflexos do racismo no ciberespaço, propondo uma revisão dos conceitos de comunidades virtuais em Lévy (2014), e a proposição de quilombamento virtual emerge. Entender as formas de interação da população negra na diáspora é chave epistêmica para proposições de sociabilidade e auto-preservação na atualidade em contextos virtualizados.

Palavras-chave: Epistemologias da Comunicação; Quilombismo; Quilombo Virtual; Raça; Cidadania.

ABSTRACT

This work aims to highlight the specifically communicational aspect in the processes of virtual 'quilombo' formation on digital social networks. Based on what Abdias do Nascimento postulated as quilombismo (1998), it becomes possible to recognize in virtualized spaces an update of the practical approaches to 'quilombo' formation. The focus is on the search for the specifically communicational within communication research, as raised in Signates (2013), taking into account epistemic approaches

within the field of communication. Through the lens of *Ciro Marcondes Filho* (2004), this study seeks to recognize elements of 'quilombo' formation as a communicational process that genuinely consolidates itself through the exchange mediated by experience. For an understanding of the quilombo from a communicational perspective, this reflection proposes to take identity construction as a starting point. The discussion then turns to observing virtual practices and the effects of racism in cyberspace, proposing a revision of the concepts of virtual communities in *Lévy* (2014), and the proposition of virtual 'quilombo' formation emerges. Understanding the forms of interaction of the Black population in the diaspora is an epistemic key for propositions of sociability and self-preservation in virtualized contexts today.

Keywords: Epistemologies of Communication; Quilombismo; Virtual Quilombo; Race; Citizenship.

RESUMEN

Este trabajo tiene el objetivo de explicitar lo específicamente comunicacional en los procesos de formación de 'quilombos' virtuales en las redes sociales digitales. A partir de lo que *Abdias do Nascimento* postuló como quilombismo (1998), se hace posible reconocer en los espacios virtualizados una actualización de los enfoques prácticos de la formación de 'quilombos'. Se enfatiza la búsqueda de lo específicamente comunicacional dentro de las investigaciones en comunicación a partir de las inquietudes planteadas en *Signates* (2013), tomando en cuenta enfoques epistémicos en el campo de la comunicación. A través de las lentes de *Ciro Marcondes Filho* (2004), se busca reconocer rasgos de la formación de 'quilombos' como un proceso comunicacional que genuinamente se consolida a partir del intercambio mediado por la experiencia. Para la comprensión del quilombo desde una perspectiva comunicacional, aquí se propone una reflexión que toma como punto de partida el proceso de construcción identitaria. Luego, la discusión se dirige a la observación de las prácticas virtuales y los reflejos del racismo en el ciberespacio, proponiendo una revisión de los conceptos de comunidades virtuales en *Lévy* (2014), y emerge la proposición de la formación de 'quilombos' virtuales. Comprender las formas de interacción de la población negra en la diáspora es una clave epistémica para las propuestas de sociabilidad y autopreservación en la actualidad en contextos virtualizados.

Palabras-clave: Epistemologías de la Comunicación; Quilombismo; Quilombo Virtual; Raza; Ciudadanía.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o objetivo de trazer à luz o especificamente comunicacional do processo de aquilombamento virtual. O entendimento do especificamente comunicacional delimita o campo de estudo, bem como expande cientificamente o objeto dentro do espectro comunicacional, possibilitando o reconhecimento de uma pesquisa que se aprofunda nas epistemologias comunicacionais, se distanciando da apropriação parasitária de disciplinas clássicas do pensamento sociológico (*Sodré*, 2007, p. 16) como a psicologia, antropologia, filosofia e sociologia, por exemplo.

Dentro do campo da comunicação podemos enxergar diferentes abordagens epistemológicas que estimulam pensar o objeto de pesquisa como genuinamente comunicacional. Entretanto, a apropriação de teorias sociológicas, por exemplo, é largamente

utilizada integralmente como esteio para o pensar comunicacional, e isso compromete o pensamento científico, como aponta Signates (2013, p.4) “afirmar-se que o objeto é ainda uma das buscas do campo demonstra que sua definição mais precisa constitui um dos mais importantes problemas com os quais se defrontam os pesquisadores da comunicação”.

Na busca por definição de uma teoria geral, Niklas Luhmann (1997) apresenta sua teoria sistêmica e propõe uma abordagem comunicacional fruto de uma formação essencialmente interdisciplinar, buscando em diferentes fontes, alternativas de construção metodológica que contemplasse uma proposta teórica universal. A proposição de uma sociedade baseada em sistemas complexos fechados autopoieticos que trocam informações entre si para sobreviverem, encontra respaldo em percepções e observações que extrapolam as ciências humanas e se entremeiam na física e biologia.

Alguns teóricos buscam desvelar diferentes abordagens epistemológicas, contribuindo para a sedimentação do campo comunicacional, e a partir destes, é possível avançar no reconhecimento das pesquisas que constroem, de fato, um objeto especificamente comunicacional. Ciro Marcondes Filho (2004), partindo de teses que questionam as possibilidades comunicacionais, refuta o pensamento construído por Luhmann e questiona a rara evidência comunicacional por meio das trocas sistêmicas. “Mas Luhmann encara os ‘sistemas’, homens e mundo como mônadas isoladas. Nesse caso, o conceito de *carne* de Merleau-Ponty é mais feliz: o mundo entra em nós e nós no mundo. É o oposto de Luhmann.”

Contemplado pelo olhar de Ciro Marcondes Filho, propõe-se pensar o especificamente comunicacional desta pesquisa a partir da noção de comunicação do autor: “Comunicação é efetivamente interação, pela qual surge algo de verdadeiramente novo; nós não somos meros observadores de outros sistemas fechados” (2004, p. 88). Pessoas negras ao assistirem vídeos de outras pessoas negras sofrendo racismo, por exemplo, podem acionar o processo comunicacional quando se movimentam em relação àquele conteúdo midiático e criam comunidades ou grupos de denúncia à violência racista. A exemplo desse movimento instaura-se uma relação entre agentes envolvidos, pela qual surge algo novo: o quilombo virtual.

É compreensível que os participantes do grupo não compartilhem exatamente do mesmo sentimento da pessoa que está em um vídeo ou mesmo relata um episódio de racismo, mas o fato de compartilharem realidades possibilita que o processo comunicacional aconteça, como citado em Marcondes Filho (2004, p. 15): “Ela não funde duas pessoas numa só, pois é impossível que o outro me veja a partir do meu interior, mas é o fato de ambos participarem de um mesmo e único mundo no qual entram e que neles também entra”.

A noção de aquilombamento virtual aqui trabalhada, parte da ocupação das redes sociais digitais como *locus* de reterritorialização do povo preto desterritorializado desde o projeto de Brasil escravista até os dias de hoje, como apontam Santos e Silva (p. 77, 2019). Para entender os processos de visibilização, autopreservação e vigilância das violências em grupos e comunidades de denúncia de racismo nas redes sociais digitais, é preciso reconhecer o processo comunicacional como importante ferramenta de construção identitária.

A reivindicação dos espaços virtuais também caracteriza a reterritorialização empreendida nos estudos de Abdias do Nascimento ao pensar o Quilombismo. Entender o aquilombamento virtual como possível mediador de poder, viabiliza o agenciamento cidadão para a população negra. “O poder produz o contrapoder, máxima foucaultiana que Nascimento reinventa quando apresenta o quilombo como categoria científica, e que gostaríamos de trazer para pensar as imagens em rede no Brasil contemporâneo” (Barreto LeBlanc, 2019, p. 4).

Entendendo o processo comunicacional como indissociável das relações entre os indivíduos, propõe-se uma discussão que entenda o quilombo como um fenômeno comunicacional, reconhecendo o aquilombamento a partir das convergências identitárias da população negra do Brasil.

A partir da discussão de quilombo como um processo comunicacional e identitário, é preciso observar o processo de aquilombamento e sua capacidade de reivindicação de territórios. Entendendo as redes sociais digitais/virtuais como um território passível de ocupação, propõe-se uma reflexão acerca das práticas virtuais e o processo de aquilombamento nas redes.

A partir das reflexões propostas será possível observar o especificamente comunicacional a partir dos quilombos virtuais, pois a partir do processo de visibilização e reconhecimento, a inauguração dessas redes de autopreservação e contracultura é possível.

2. QUILOMBO: COMUNICAÇÃO E IDENTIDADE

Ao reconhecer nas práticas panafricanas o potencial efetivamente comunicacional – sobretudo na capacidade quilombista de unificação e coesão social e cultural – este trabalho se orienta para uma comunicação negra e afrodiaspórica. M. K Asante (2018) nos estimula a lograr perspectivas comunicativas que se distanciam de uma noção narcisista, tal qual observada nas estruturas que inspiraram os estudos em comunicação no século XX. Buscamos diálogo com outra divindade, Ma'at, nos apresentada por Asante (2018, p. 11). Ao falar de Ma'at, deusa egípcia da ética, verdade e da justiça, a autora demonstra que estamos em uma encruzilhada

comunicacional caracterizada pela dominação civilizatória. A comunicação, segundo Asante, precisa se comprometer com o senso de justiça. Sem justiça não há possibilidade de credibilidade do comunicador.

Estamos imersos em uma realidade comunicativa ocidental eurocêntrica autoindulgente (Asante, 2018, p.12), que se baseia historicamente nas dinâmicas sociológicas observadas nos centros de projeção econômica e cultural hegemônicos, o que nos distancia de uma prática comunicativa que enxerga, nos valores civilizatórios afrocentrados, a justiça, a ética e o cooperativismo. "Postular teorias negras não é lançar ideias determinadas biologicamente sobre comunicação, mas sim fundamentar as suposições e teorizações na substância filosófica das narrativas históricas e intelectuais africanas." (Asante, p 13, 2018, tradução nossa).

O processo comunicativo reconhecido pelas escolas teóricas que, até os dias atuais, configuram com força o campo de estudos em comunicação, enxergam a comunicação a partir de lentes coloniais. Até os recentes esforços científicos em pensar as epistemologias da comunicação, em grande parte, se orientam para uma reflexão que não acessa valores civilizatórios e narrativas históricas não-ocidentais e/ou contra-hegemônicas.

Para pensar na força da comunicação quilombista, começamos com o herói fundador do quilombo Barra de Aroeira, localizado no Estado brasileiro do Tocantins, o qual nos foi apresentado pela pesquisa da Professora Luciene Dias (2022). Félix José Rodrigues, honavelmente lembrado como "Félix, o herói da Barra", vitorioso combatente da guerra do Paraguai e liderança histórica do território quilombola de Barra de Aroeira, nos ensina que a força da comunicação quilombista se estrutura na sociabilidade, na reterritorialização e na autopreservação.

Esta estrutura se prova através de elementos de uma secular luta pelo reconhecimento das doze léguas em quadra (equivalente a setenta e nove mil e duzentos hectares) de terra que a comunidade secularmente reivindica (Dias, 2022, p. 24). As evidências da concessão do território para Félix, pelo imperador Dom Pedro II, em 1870, seguem vivas e resistem por tradição oral entre as pessoas quilombolas de Barra de Aroeira. Gerações avançam e a verdade é o principal elo comunicativo que unifica a memória reivindicativa da comunidade de Barra de Aroeira, elo este que remonta a verve comunicativa elaborada a partir da deusa egípcia Ma'at (Asante, 2018).

Para se aproximar da noção de quilombo, é preciso escavar historicamente o processo de diáspora negra no Brasil que teve início no contexto de Brasil colônia. Este período se torna um infeliz marco histórico, iniciado nos processos que levaram à escravização de milhões de

pessoas africanas, e à exploração continuada da mão de obra de seus descendentes, em todos os âmbitos sociais. José Murilo de Carvalho (2011, p. 26) ressalta que "A escravidão penetrava em todas as classes, em todos os lugares, em todos os desvãos da sociedade: a sociedade colonial era escravista de alto abaixo".

Este contexto sócio-histórico projetou a posição a ser ocupada por pessoas negras na sociedade brasileira, um lugar construído não apenas pelo impedimento à cidadania, mas também pelo questionamento da humanidade, de serem tratadas em igual dignidade¹. Carvalho (2001, p. 27) reforça que "Os escravos não eram cidadãos, não tinham os direitos civis básicos à integridade física (podiam ser espancados), à liberdade e, em casos extremos, à própria vida, já que a lei os considerava propriedade do senhor, equiparando-os a animais".

O pensamento determinista em relação às pessoas negras no Brasil se estende no período pós-abolição. As características racistas e escravistas da sociedade brasileira perduraram de maneira evidente, subjugando e marginalizando todos aqueles que nascessem com o fenótipo negro, o que transformava a Lei Áurea² não em um passaporte para a liberdade, mas um passaporte para uma intensa trajetória de sobrevivência, marcada por resistência.

Em um contexto de impedimento de acesso a direitos básicos para a sobrevivência e de violências sofridas, ainda em meados de 1590, africanos escravizados organizavam o rompimento das correntes da escravidão e empreendiam uma nova trajetória de fuga organizada nas matas, do que hoje temos como os estados de Alagoas e Pernambuco. Inicialmente era possível identificar pequenos grupos que rumavam para o mesmo destino, e com o passar do tempo, uma comunidade se formava com dezenas de milhares de africanos ex-escravizados: Palmares.

O quilombo dos Palmares, ou mesmo, República de Palmares emerge no contexto histórico como pioneiro e maior quilombo ao qual se tem registro no Brasil. A prática do aquilombamento não se resume à Palmares, se multiplica no território brasileiro e expressa territorialmente espaços de resistência negra, autogestão comunitária, autopreservação e coesão social que resiste até os dias atuais.

¹ Henrique Dussel estimula o reconhecimento do outro entendendo que lhe é devida uma igual dignidade, ao dizer que "(...) temos todavia que aceitar que a obrigação *moral* de argumentar se funda como dissemos, no reconhecimento do outro sujeito argumentante como um sujeito autônomo e de *igual* dignidade. O critério procedimental da argumentação se transforma no princípio moral de validade, quando se reconhecem os outros e a si mesmo como sujeitos morais iguais, e se permite que participem na argumentação co-solidariamente enquanto afetados éticos em suas necessidades." (Dussel, 2000, p. 215).

² A Lei Imperial n.º 3.353, foi sancionada em 13 de maio de 1888, que pôe fim à validade legal da escravidão no Brasil. O Brasil foi o último país das Américas a abolir oficialmente a escravidão. Disponível em: http://pfdc.pgr.mpf.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/trabalho-escravo/lei_3353_1888.pdf. Acesso em 20 de out. 2018.

A República dos Palmares, com sua enorme população relativamente à época, dominou uma área territorial de mais ou menos um terço do tamanho de Portugal. Essa terra pertencia a todos os palmarinos, e o resultado do trabalho coletivo também era propriedade comum. Os autolibertos africanos plantavam e colhiam uma produção agrícola diversificada, diferente da monocultura vigente na colônia; permutavam os frutos agrícolas com seus vizinhos brancos e indígena. (Nascimento, 1998, p. 46)

Os impactos do genocídio secular que atravessou gerações de povos africanos escravizados reverberou em forma de resistência e unidade. A busca pelo apagamento identitário da população escravizada era um esforço institucionalizado no Brasil, negando as suas práticas religiosas, suas linguagens e sua nacionalidade pré-colonial em África. As violências coloniais promoveram o desaparecimento de grande parte da cultura advinda da ancestralidade milenar de nações que se pulverizaram no território Pan-americano. Entretanto, os territórios quilombolas se perfizeram como núcleos de preservação cultural e identitária africana, estimulando que práticas e saberes fossem reproduzidos em territórios, agora, Pan-africanos.

O quilombismo proposto por Abdias do Nascimento é fruto desta unidade de resistência, enxergada em Palmares, e que emerge como alternativa epistemológica não apenas em sua capacidade comunitária e de sociabilidade, mas como construção de um calço identitário criado e gerido por pessoas negras a partir do copertencimento. Mbembe (2019, p.11) ao falar de uma noção decolonial da identidade reforça que o pensamento social europeu, insiste em reconhecer a identidade a partir do “surgimento do ser e da sua manifestação em seu ser primeiro ou, ainda, em seu próprio espelho” e não em “termos de pertencimento mútuo”, o que reforça a possibilidade de construção identitária a partir do quilombo.

O quilombismo, enquanto categoria científica, abriu caminhos para a sistematização de teorias, práticas e reflexões acerca das resistências resultantes da diáspora negra no Brasil. Apresentou-se como *práxis* indispensável para a compreensão das relações de sociabilidade racial no país. Flechou estruturas racistas de pensamento. É, também hoje, essencial para a formação de pensadoras negras e pensadores negros e para a formulação de estratégias antirracistas em movimentos sociais. Assim, como uma pedra lançada hoje, o quilombismo mata serpentes-pássaro que infestam nosso passado colonial.

Ao pensar nas noções do quilombismo postuladas por Nascimento (1980, 2019), esta investigação propõe aplicá-las teoricamente em movimentos visibilizados por redes sociais digitais, para observar práticas de ativismo digital antirracista. Buscamos, a partir das noções

do quilombismo, compreender as relações raciais virtualizadas, o que abre a possibilidade de um olhar específico para a discussão no campo científico.

O aquilombamento virtual, observado em redes sociais virtualizadas, é resultado de práticas de autopreservação em ambientes de sociabilidade digitalizada. Mesmo quando reconhecemos o quilombismo postulado em Nascimento (1980) como fruto de configurações sociais resultantes da diáspora africana especificamente no Brasil, é possível observar processos de aquilombamento em outros países em que o processo diaspórico da população africana ocorreu.

O quilombo materializa no território quilombola a conformação cultural que confere uma nova configuração da população negra ex-escravizada na diáspora.

Mesmo com toda a violência à qual eram sujeitos, os africanos trouxeram e preservaram elementos de sua cultura. Num processo de hibridação, formaram novos códigos culturais gerados pelas interações, que foram somadas à materialidade do mundo colonial e às tentativas de imposição do catolicismo de matriz europeia. (Marcelo; Cardias, 2016, p. 312)

As práticas do quilombismo extrapolam o território e reverberam nos movimentos de luta por direitos humanos, civis, políticos e sociais da população negra no Brasil em contextos contemporâneos. O quilombo se consagra na resistência do povo negro em unidade.

Importante reconhecer que essa unidade não encontra respaldo na língua em um primeiro momento, uma vez que africanos da diáspora se comunicavam pelas línguas originárias das nações africanas as quais pertenciam. Nascimento (1998, p. 101) ainda diz que a destruição das línguas africanas obliteraram a história e memória, impedindo o principal meio de transmissão de saberes ancestrais.

Desta forma, observar o quilombismo/quilombo a partir de um viés especificamente comunicacional estimula o tensionamento de epistemologias comunicacionais que encontram na linguagem estruturada um caminho isolado para a comunicação. Apesar de, com o passar do tempo, a linguagem oficialmente instituída para toda a população brasileira ser o português, traços de comunicabilidade ancestral são identificáveis oriundos do aquilombamento.

A consonância de uma identidade comunicacional que converge, a partir do encontro de pessoas negras ao aquilombar-se, é capaz de estabelecer fortes elos extralinguísticos, como Ciro Marcondes Filho afirma ao dizer que “há tantas coisas que se sente e as palavras são tão pobres, estão aquém, infinitamente da tradução de todo esse mundo interior. As imagens só passam um rastro, uma imagem apagadiça do que sentimos e pensamos” (2004, p. 95). O eixo:

quilombo/identidade/comunicação propõe pensar a capacidade comunicacional do quilombo a partir da identidade negra, observando a resistência como uma categoria importante que sustenta o eixo.

Para reforçar o viés epistemológico comunicacional abordado neste trabalho é importante evocar as distinções propostas no campo. Reconhecendo as múltiplas tentativas em propor um caminho teórico possível para a comunicação, é preciso reconhecer que o campo comunicacional não se concentra apenas a partir da noção de interfaces “mas um campo em que a interface é constitutiva. Em outras palavras, a comunicação seria um campo de interfaces que abrigaria especificamente o estudo das interfaces.” (Signates, 2015, p. 146).

Isso não quer dizer que, epistemologicamente, a comunicação tenha que se constituir independente dos fenômenos observados em outros campos, mas sim em reconhecer que é preciso se ater ao processo comunicacional que existe na esteira dos estudos da sociologia, antropologia, filosofia, psicologia e linguística. Neste sentido, compreendendo as múltiplas abordagens e teorizações acerca do quilombo/aquilombamento, este ensaio tem como objetivo compreender o especificamente comunicacional nos processos que impulsionam o aquilombamento virtual em redes sociais digitais.

O quilombo é um dispositivo de sobrevivência e resistência e o quilombismo se estende ao longo dos anos como uma tecnologia também reivindicativa de cidadania. Devemos enxergar a prática comunicativa do quilombo como uma tecnologia afrodiaspórica de educação para a cidadania.

3. PRÁTICAS VIRTUAIS E AQUILOMBAMENTO

O espaço virtualizado é um terreno jovem e de complexas teias de interação. As dinâmicas de sociabilidade em território virtualizado ainda é um assunto que exige uma densa reflexão, uma vez que as potencialidades de interação são impulsionadas dia após dia com tecnologias e novas redes sociais digitais. Manuel Castells (2002, p. 414) apontou as possibilidades de interação na era digital como um marco que propôs uma mudança fundamental na cadeia comunicativa e, por conseguinte, em aspectos culturais.

As novas possibilidades e canais comunicativos propostos nesta nova interface virtualizada proporcionaram uma outra dinâmica aos fluxos de comunicação. A compreensão de uma sociedade em rede, com uma teia complexa que se constrói também a partir da identidade, nos leva a concluir que a interação virtualizada é influenciada pelas relações e construções sociais que se firmaram fora do ciberespaço.

A dinâmica de interação entre usuários de redes sociais virtuais têm se tornado cada vez mais cotidiana para uma parcela da população que tem acesso à internet e *smartphones*. Delimitamos tal dinâmica nessa parcela, pois milhões de brasileiros não possuem acesso aos equipamentos digitais, seja computadores, *smartphones* ou à própria internet. Para quem tem o privilégio de acessar, as redes sociais como *Facebook*, *Twitter*, *Instagram* e *Tik Tok* mobilizam bilhões de usuários, e propõem em cada interface uma possibilidade de interação específica.

Nesta grande e complexa gama de possibilidades de interação, raça, gênero, sexualidade, classe, entre outros marcadores da diferença, surgem como ativadores de discurso de ódio no ambiente virtual. Em um estudo (Figura 1) sobre a frequência do termo “discurso de ódio” em publicações de cinco revistas de alta circulação no Brasil, Estados Unidos e UK (Revista Veja; Carta Capital; The Guardian; Time Magazine e The Week Magazine), Trindade (2020) identifica que a partir de uma nova dinâmica de interação virtualizada o discurso de ódio se torna pauta muito mais recorrente no recorte 2012-2018.

Este estudo demonstra, pelo viés de relevância do termo discurso de ódio, o espaço hostil que as redes podem se tornar para pessoas que divergem do padrão hegemônico estabelecido por meio de construções sociais. Quando observamos a dinâmica social em rede, especificamente tomando a negritude como recorte de identidade, é possível pensar a negritude como possibilidade também de identidade informacional (Brock, 2020, p. 21). Na atribuição de uma identidade de grupo, a diferenciação pela raça é aspecto que emerge para desqualificar os corpos que não são privilegiados pela branquitude.

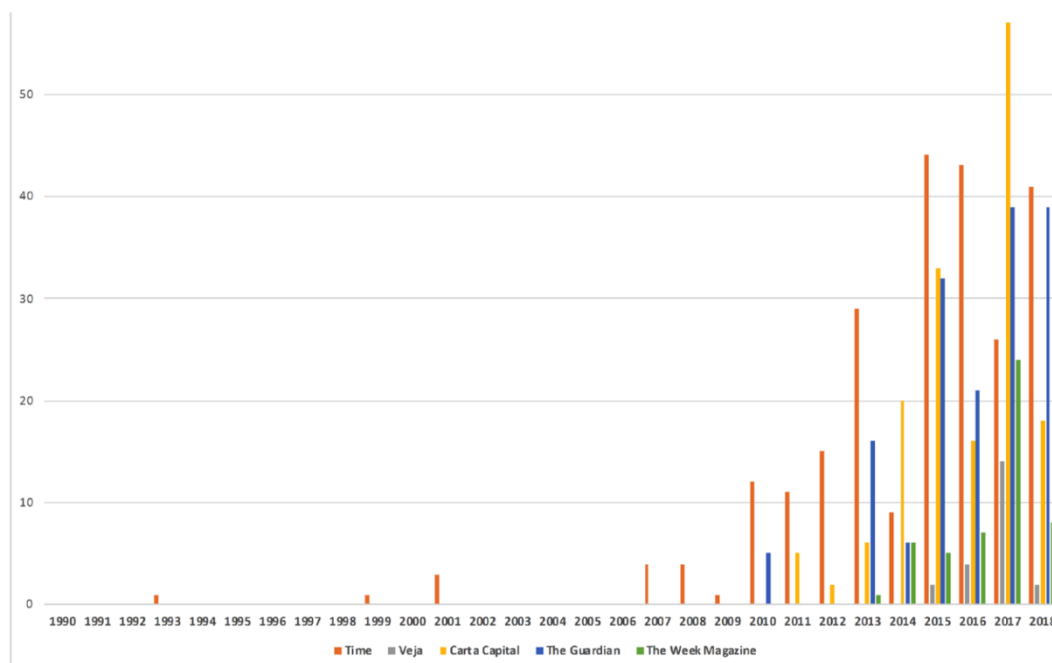


Figura 1 – Análise de frequência de ‘discurso de ódio’ em artigos de publicações selecionadas (2020). Fonte: Trindade, (2022, p. 30)

A ocupação de territórios virtualizados a partir da tecnologia da informação negra (Brock, 2020, p. 17) desconfigura o território estabelecido pela tecnocultura ocidental, branca, masculina e de classe média. Ao pensar o *Black Twitter* como uma possibilidade de ocupação e reconfiguração do território dominado pela tecnocultura hegemônica, Brock propõe uma reflexão sobre grupos negros estadunidenses que, em rede, propuseram o aumento de comunidades negras *online*. Essa relação entre ocupação de territórios simbólicos e a construção de uma nova proposta de tecnocultura negra virtualizada nos coloca em posição de delimitar nosso entendimento de raça.

É possível observar que as plataformas de mídias sociais, principalmente *Facebook*, *WhatsApp*, *Instagram* e *Twitter*, vêm ocupando um importante espaço na vida de pessoas de todo o mundo, e novos contextos de sociabilidade a partir dessas redes sociais digitais são propostos e incorporados no cotidiano. Os números que apontam a quantidade de usuários ativos nestas plataformas estão em franco aumento há alguns anos³, e é possível falar em impactos econômicos e sociais que colocam a “era das redes” como um marco temporal importante na linha do tempo da humanidade.

No campo dos estudos em comunicação, múltiplos olhares são lançados acerca dos impactos da sociabilidade em rede. Pierre Lévy se consagra como pioneiro nos estudos sobre cultura cibernética e sociabilidade no que ele entende por “sociedade em rede”. Entretanto, desde a construção teórica que o autor desenvolve acerca da *Cibercultura*⁴ o campo de estudos se modifica em uma dinâmica veloz e imprevisível.

Ao delimitar um programa da cibercultura que orientasse o crescimento inicial do ciberespaço, Lévy (2014, p.129) atribui três eixos principais de disseminação: interconexão, a criação de comunidades virtuais e a inteligência coletiva. Em vários níveis o autor consegue apresentar percepções valorosas e que contribuam de maneira brilhante para a compreensão dos fenômenos e postulações teóricas por conseguinte, entretanto, ao pensar sobre as comunidades virtuais o autor propõe uma interação ideal entre os usuários, o que ele chama de *netiqueta*, “os ataques pessoais ou argumentações pejorativas para qualquer categoria de pessoas (nacionalidade, sexo, idade, profissão etc) em geral não são permitidas” (Lévy, 2014, p. 130)

³ "Dados recentes revelam que um impressionante volume de usuários ativos mensais que variam de 328 milhões no caso do *Twitter*, e superam os dois bilhões no caso do *Facebook*" (TRINDADE, 2020, p. 29)

⁴ Cf LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo. Editora 34, 2000.

A dinâmica social virtual que se desenvolveu com o advento das mídias sociais, e apropriação em larga escala da *web* não impediu que o racismo enquanto prática social estrutural e estruturante, se desenvolvesse nas diferentes plataformas. A crença de que o território *web* é um espaço democrático e *colour-blind*⁵ é um mito desvelado há alguns anos, e que vêm a superfície de maneira semelhante ao ambiente não-virtual.

A semelhança entre o pensamento empreendido por Lévy remonta ao pensamento instituído literariamente em Gilberto Freyre (1933) com a publicação de *Casa Grande e Senzala* e com *Sobrados e mucambos* em 1936, sugerindo a existência de um paraíso racial no Brasil. O mito da democracia racial atribuiu ao território brasileiro uma pretensa prática não racista, como se no país todos recebessem o mesmo tratamento, uma vez que a miscigenação democratizaria a existência dos cidadãos tornando também *colour-blind*.

Pensamentos semelhantes, e sequencialmente desqualificados cientificamente.

O pensamento acerca da democracia racial foi invalidado e superado há várias décadas, ganhando status de mito pelo sociólogo Florestan Fernandes⁶ e de farsa pelo expoente pesquisador Abdias Nascimento⁷. O pensamento de que as diferenças seriam irrelevantes, suscitado em Levy, foi considerado um “mito perverso” pela autora Jessie Daniels (2009, p.17).

Tendo como base a realidade mais recente da *web*, não se torna difícil encontrar práticas racistas no ciberespaço, as interações nas redes possibilitaram por muito tempo a impunidade de usuários que encabeçavam práticas racistas. Mesmo com a instituição do marco civil da internet, ou Lei nº 12.965/2014, que regula o uso da internet partindo dos princípios previstos na constituição prevendo atuação do Estado em situações de práticas criminosas, as práticas de racismo continuam presentes.

O ambiente virtual confere a muitos usuários a sensação de anonimato e impunidade, o que estimula a perpetuação do discurso de ódio dentro das plataformas sociais digitais. A situação se agrava quando as práticas racistas, que raramente são imputáveis nos ambientes *off-*

⁵ Colorblind Racism, significa em tradução livre “racismo velado”.

⁶ Para Maria Arminda Arruda (1996, p. 198) “Florestan trabalha com a noção de mito no sentido diverso da tradição antropológica, ou seja, enquanto universo de representações exclusivas. De outro lado, a discussão do mito da democracia racial permite-lhe ultrapassar certas visões dominantes”.

⁷ O dicionário biográfico brasileiro pós 1930 aponta que “Abdias esteve à frente do Teatro Experimental do Negro até 1968, quando, em decorrência do endurecimento do regime militar implantado no país em abril de 1964 e da inclusão do seu nome em vários inquéritos policiais militares, exilou-se nos Estados Unidos, onde trabalhou como professor universitário. Co-fundador do Movimento Negro Unificado em 1978, em maio de 1980, foi, juntamente com Leonel Brizola – de quem se tornara amigo no exílio – um dos fundadores do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Escolhido vice-presidente do partido em 1981, nesse mesmo ano fundou o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Em 1982, retornou definitivamente ao Brasil.” (2001)

line devido às múltiplas facetas perniciosas do racismo, se estendem para o ambiente *on-line*. A prática do racismo nas redes acontece deliberadamente e, em algumas ocasiões, os discursos racistas encontram respaldo em grupos discriminatórios.

As tecnologias digitais podem facilmente promover um conteúdo racista que pode frequentemente de forma sutil, o que Lisa Nakamura (2010, p. 337) chama de micro-agressões, e atrai usuários interessados a se juntarem em grupos discriminatórios. Inclusive, os benfeitores dos sites que promovem conteúdo racista encorajam o acesso de usuários e conseqüentemente a legitimação do racismo. (Roshani, 2019, p. 50)

Na prática, o caminho para testemunhar racismo acontecendo de maneira deliberada é simples: abra um perfil de alguma portal de notícias no *Instagram* ou *Facebook*; procure alguma postagem que incite alguma discussão sobre racismo, ou mesmo traga na manchete alguma personalidade negra; vá aos comentários da postagem e pronto, a chance de encontrar múltiplos comentários de cunho racista é garantida.

A pauta sobre o discurso de ódio nas redes é tema recorrente de debates, fóruns e pesquisas científicas em curso e revela, cada vez mais, a responsabilidade das empresas que gerenciam estas redes sociais em estabelecer termos de uso e regulações éticas mais eficazes no combate às práticas discriminatórias. Entretanto, os avanços neste sentido são mínimos, e são fruto de tensionamento de mobilizações sociais antirracistas. A resposta para a falta de interesse em construir um ambiente virtual menos desigual e antirracista se encontra no fato das próprias empresas atuarem de maneira racista e se esquivando das responsabilidades sociais que carregam.

Tarcízio Silva desenvolve avançados estudos na seara do racismo algorítmico, ou seja, ele observa as práticas racistas por trás dos algoritmos que estruturam as redes sociais digitais. O autor reúne em seu estudo relatos de cientistas, ativistas e teóricos da comunicação e tecnologia que apontam que a lógica de construção das tecnologias digitais de comunicação do Vale do Silício são racializadas, partindo de uma perspectiva da supremacia branca estadunidense (Silva, 2019, p. 129)

As redes sociais digitais se materializam no campo virtual como mais um espaço onde as diferenças reverberam em práticas discriminatórias, se tornando assim um mais novo espaço para ocupações de ativismo digital e denúncia constante para a população negra. Desta forma, é necessário recorrer às noções instituídas em Nascimento (1998) para compreender a

categorização teórica de quilombismo e sua prática inerente à perpetuação da existência negra, e por conseguinte observar os fenômenos contemporâneos de resistência.

Reinvenção de um caminho afro-brasileiro de vida fundado em sua experiência histórica, na utilização do conhecimento crítico e inventivo de suas instituições golpeadas pelo colonialismo e o racismo. Enfim reconstituir no presente uma sociedade dirigida ao futuro, mas levando em conta o que ainda for útil e positivo no acervo do passado. (Nascimento, 1998, p. 226)

A lógica de divisão do espaço é algo que historicamente remete ao estabelecimento de fronteiras e a noção de territorialidade enxergada na concepção moderna de Estado-Nação. Este formato de divisão separa e cria fronteiras entre diferentes nações reorganizando o espaço, o que se reflete no âmbito da construção simbólica e se materializa na constituição do território. Essas percepções são suficientes para atribuir ao território aspectos isomórficos de linguagem, etnias, culturas, entre outros aspectos determinantes como aponta Appadurai (1997, p. 33).

Essas divisões surgem a partir do reconhecimento da necessidade de organização do espaço. Entretanto, séculos após as divisões do espaço e estabelecimento da soberania territorial, múltiplas e complexas relações entre o Estado soberano e quem dele é nativo se formam estabelecendo vínculos identitários que não enxergam como possíveis a coexistência das diferenças no espaço. Arjun Appadurai (1997) aponta que as estruturas territorialistas que contribuem para intensificação de assimetrias e desigualdades devem dar espaço para uma geografia pós-nacional.

Em ambientes virtualizados e imersos nesta noção moderna de delimitação territorial do Estado-nação, as práticas de assimetria de poder em função das diferenças também são observadas. Apesar de existir uma estrutura mais fluida neste território que é virtualizado, e mesmo com a pretensão de que o ciberespaço se consagra como um espaço sem limitações fronteiriças características do Estado-nação, existem segregações no espaço virtualizado. Segregações essas de ordem linguística, étnico-racial, de classe entre outras possíveis.

Josiowicz (2021, p. 301) ao apresentar um estudo acerca da polifonia interdiscursiva em tecnoculturas digitais, traz que a interface discursiva da rede social *Twitter* privilegia o olhar anglófono em detrimento de qualquer outro. O ponto de inflexão apresentado pela autora, propõe que observemos nas múltiplas redes de sociabilidade virtualizada as suas capacidades – ou falta de capacidades – de disseminação de informações em nível global.

Outro exemplo que escancarou a lógica algorítmica racista que o *Twitter* utilizava, foi o experimento realizado pelo cientista Tony Arcieri. Por meio de um *tweet* (Figura 2) emitido em seu perfil, e socializado em rede, a plataforma demonstrou um comportamento algorítmico sistemático, em que deliberadamente privilegia o recorte do rosto branco em detrimento do rosto negro em miniaturas de *tweets* com imagens.



Figura 2 – *Tweet* de Tony Arcieri (2018). Fonte: Twitter, 2022.⁸

O experimento de Arcieri se baseava na utilização da ferramenta de postagem de imagens em *tweet*, na qual, caso o usuário opte por fazer o *upload* de uma imagem que extrapole o perímetro de exibição para o *feed* da plataforma, o algoritmo do *Twitter* autodeterminará qual será o recorte a ser exibido. Para comprovar que o experimento realizado por ele se efetivou em diferentes posições ocupadas por uma pessoa negra e uma pessoa branca no perímetro da imagem, o autor postou duas imagens longilíneas em que Mitch McConnell⁹, para representar a pessoa branca, e Barack Obama¹⁰, para representar a pessoa negra.

⁸ Disponível em: <https://twitter.com/bascule/status/1307440596668182528>. Acesso em: 9 de ago. 2022.

⁹ Mitch McConnell é um político estadunidense branco e atualmente ocupa uma cadeira do senado pelo estado do Kentucky.

¹⁰ Barack Obama é um político estadunidense negro, ex-presidente dos Estados Unidos da América.

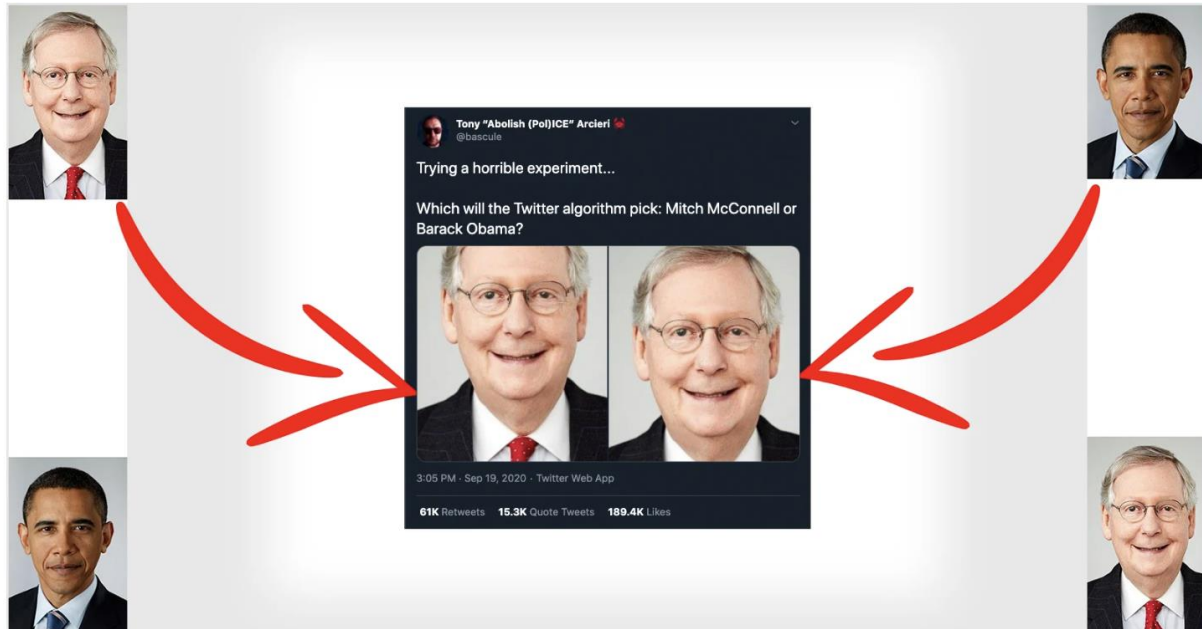


Figura 3 – Tweet de Tony Arcieri com miniaturas das imagens abertas (2020). Fonte: Portal Peta Pixel (2022)¹¹

O resultado do experimento apontou que o algoritmo do *Twitter* irá trazer para evidência o rosto branco em detrimento do rosto negro. Após as denúncias de racismo algorítmico, a plataforma do *Twitter* reajustou esta funcionalidade algorítmica e se retratou publicamente. Em contextos recentes e intensos de interação pela *web*, aspectos acerca da racialização dos sujeitos em ambientes *online* são similares aos observados em ambientes *offline*. Isso porque racismo algorítmico encontra respaldo no racismo analógico. Afirmo isso tendo como referência o estudo de Lorna Roth (2016) sobre os cartões Shirley, da Kodak.

Roth aponta para uma reflexão sobre a calibração de cores na impressão das fotografias das máquinas Kodak que, segundo a autora, após uma conversa com um negociante de máquinas industriais, revelou o padrão da pele branca como o padrão normal de impressão fotográfica. Independentemente da capacidade do fotógrafo em balancear as cores, ajustando a velocidade do obturador, abertura do diafragma, ISO ou mesmo do processo de revelação da

¹¹ Twitter's Photo Cropping Algorithm Draws Heat for Possible Racial Bias. Disponível em: <https://petapixel.com/2020/09/21/twitter-photo-algorithm-draws-heat-for-possible-racial-bias/>. Acesso em: 10 de jul. 2022.

foto, na fase de emulsão fotográfica o resultado fotográfico sempre desfavorecia o rosto não branco.

A marca Kodak não oferecia instruções para a revelação das fotografias levando em conta as diferentes tonalidades de pele. A única orientação para o reconhecimento de uma revelação de qualidade tinha como base os cartões Shirley, que acompanhavam os manuais de instruções dos equipamentos Kodak. Shirley Page (Silva, 2020, p.149) era o nome da primeira modelo a aparecer nos cartões. Apesar de muitas outras modelos assumirem o lugar de Shirley ao longo dos anos, a pele branca se mantinha como padrão "normal", a palavra normal acompanhava a fotografia, como podemos observar na figura 4.



Figura 4 – Cartões Shirley, 1950-1960. Fonte: Revista Zum, 2016.

Nos Estados Unidos, pesquisas recentes acerca das tecnologias algorítmicas de reconhecimento facial, apontam para um semelhante "erro" industrial ou algorítmico, como observado nos cartões Shirley, de empresas como Amazon e a HireVue. Essas empresas, segundo os autores, "estão vendendo seus serviços para departamentos de polícia ou usando a tecnologia para auxiliar na tomada de decisões de contratação, respectivamente" (Raji *et al.*, 2020, p. 145, tradução nossa). O estudo conclui, a partir de uma auditoria realizada, que há uma

disparidade ética entre o que a empresa prega em seus valores organizacionais em relação à diversidade, para as lógicas de coleta de dados de pessoas subalternizadas.

No Brasil, a pesquisadora e hacker-antirracista Nina Da Hora, bem como Tarcízio Silva, desenvolvem pesquisas que apontam que, no Brasil, é possível observar tecnologias de reconhecimento facial que atuam a partir de um olhar racista. Reconhecendo como mais uma estratégia institucionalizada de necropolítica racial, Silva (2020, p. 110) traz o caso de um garoto negro que foi abordado no metro em Salvador, pois foi confundido pelas câmeras com um traficante que ganhou notoriedade midiática. O autor ainda reforça que os "falsos positivos" apontam para pontos questionáveis do reconhecimento facial e "sua relação com a infraestrutura de transporte público e o direito à cidade e a normalização da decisão computacional como fuga da individualização da responsabilidade humana" (Silva, 2020, p. 111).

Daniels ainda aponta que a era da informação se torna tão racializada quanto a era industrial anterior, tendo em perspectiva os avanços sociais, políticos, econômicos e raciais das revoluções industriais em contextos ocidentais.

No entanto, a suposta invisibilidade online e a “dissociação da identidade de qualquer relação analógica com o corpo visível” se baseia em parte na suposição de que a Internet é um meio exclusivamente baseado em texto no qual a identidade racial não é visível. Embora isso possa ter sido verdade em um determinado momento ou possa ser verdade hoje em certos contextos online, não descreve adequadamente a maior parte da vida online agora. A Internet de hoje está repleta de vídeo digital, tecnologias fotográficas (como webcams), sites de compartilhamento de fotos (como Flickr.com) e sites de compartilhamento de vídeo (como YouTube.com) (Daniels, 2009, p. 18, tradução nossa)¹²

Há a necessidade de reconfiguração do entendimento das relações virtualizadas que são mediadas em ambiente virtual, por imagens, vídeos entre outros artifícios visuais e audiovisuais, que servirão de suporte para a diferenciação e consequente segregação em território virtualizado, que é supremacista branco. Identificar os movimentos que segregam e constroem fronteiras virtualizadas, que irão distanciar sujeitos marcados pelas suas diferenças, é um processo delicado e demanda reflexão crítica. Mas para construir uma reflexão comparativa entre espaço/territórios virtualizados e não-virtualizados, é preciso reconhecer que

¹² "Yet the supposed invisibility online and the “decoupling identity from any analogical relation to the visible body” rests in part on an assumption that 18 Chapter Two the Internet is an exclusively text-based medium in which racial identity is not visible.¹³ While that may have been true at one point in time or may be true today in certain online contexts, it does not adequately describe the majority of life online now. Today’s Internet is full of digital video, photographic technologies (such as webcams¹⁴), photo-sharing sites (like Flickr.com), and video-sharing sites (like YouTube.com)" (Daniels, 2009, p. 18).

as práticas observadas em ambos os territórios estão interligadas, "o mundo *online* reproduz a identidade racial construída *offline*" (Daniels, 2009, p. 18, tradução nossa)

É possível observar, nas três principais redes sociais citadas neste trabalho (*Facebook*, *Instagram* e *Twitter*) espaços virtuais de aquilombamento, onde usuários se unem em prol da autopreservação, diálogo, compartilhamento de saberes e etc. Essas trincheiras de resistência negra surgem face à apropriação do espaço digital pela população preta, e funcionam como uma espécie de vigilância autônoma antirracista nas redes.



Figura 5 - Grupo do *Facebook* - Resistência Contra Racismo. Fonte: *Facebook*, 2020.

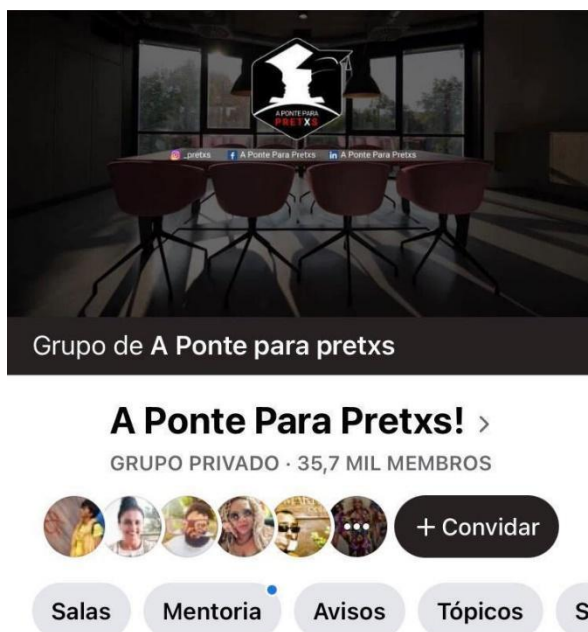


Figura 6 - Grupo de Facebook - A Ponte Para Pretxs! Fonte: Facebook, 2020.



Figura 7 - Grupo de Facebook - Intelectualidade Afro-Brasileira. Fonte: Facebook, 2020.

Os exemplos acima são de grupos do Facebook que emergem na rede com objetivos diversos, mas convergem categoricamente na perspectiva de aquilombamento virtual proposta neste ensaio. Os três grupos apresentam regras de uso que restringem o ingresso de usuários

não-negros e definem os objetivos de existência de cada um deles, o grupo Resistência Contra o Racismo existe com o objetivo de denunciar práticas racistas que ocorrem em âmbito nacional e propor ações de articulação interna para a mobilização de atos e manifestações; o grupo Ponte Para Pretxs é uma rede destinada a divulgação e valorização dos feitos das pessoas negras que integram o grupo, possibilitando que os usuários estabeleçam uma relação de colaboração interna; o grupo Intelectualidade Afro-brasileira emerge com o intuito de compartilhamento teórico-epistemológico a partir das produções acadêmicas de seus integrantes.

A escolha de ilustrar possibilidades de aquilombamento virtual por meio dos grupos de *Facebook* neste trabalho, reflete o recorte do *locus* de pesquisa determinado para a construção da tese de doutoramento do presente autor. A partir destes exemplos, a proposição de entender as possibilidades de aquilombamento no território cibernético - em específico nas redes sociais digitais - reflete as dinâmicas das práticas de interação virtuais que operam de maneira racista e discriminatória.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acessar a memória ancestral de um povo se torna um processo difícil quando se tem em pauta a realidade afrodiaspórica da população negra, os apagamentos coloniais dispersaram aspectos identitários e culturais negando por séculos aspectos milenares de nações inteiras. O quilombo emerge como uma possibilidade de preservação e sobrevivência em um contexto de início de uma realidade genocida para o povo preto nas Américas. O processo de autoproteção, autogestão, valorização ancestral e cooperação são aspectos culturais que possibilitam a identificação por meio de um processo comunicativo particular e bastante efetivo.

Séculos se passaram, e as dinâmicas que racializam de maneira desigual a população brasileira persiste de maneira perniciosa, encontrando nos novos formatos de sociabilidade possibilidades para a perpetuação do racismo e desigualdade racial. Bem como no passado, onde a possibilidade de autopreservação era o aquilombamento, na atualidade, em tempos de interação virtualizada, a necessidade de aquilombar encontra espaço nas plataformas digitais.

Ao pensar as noções comunicacionais evocadas em Marcondes-Filho (2004) – onde aponta os processos comunicacionais como interação possível fruto de trocas e experiências que se potencializam a partir de um universo compartilhado – reconhecer o quilombo como fruto de um processo comunicacional se torna possível.

Abdias do Nascimento (1998) contribui para o reconhecimento do quilombismo como prática importante para a reconstrução de uma identidade negra que busca na ancestralidade, a força para se manter viva e pulsante. O autor elabora importantes contribuições para o entendimento do quilombo como possibilidade epistemológica, o que impulsiona pensar os fenômenos interacionais contemporâneos a partir das suas reflexões.

A reterritorialização é aspecto infinitivo ao pensar o quilombo. No ciberespaço, bem como em territórios coloniais, é território privilegiado para a branquitude, tanto em sua origem no Vale do Silício, Califórnia, quanto em práticas possibilitadas a partir do acesso à internet e à bens tecnológicos.

A ocupação deste território é marcada por práticas racistas que se iniciam na lógica de produção algorítmica das plataformas e se estendem nas interações de usuários de maneira desvelada, portanto, o quilombo virtual se materializa como frente de resistência digital. O aquilombamento, processo secular que acontece entre comunidades de resistência negra é a prova de que o processo comunicacional não está centrado na mídia, por exemplo, mas nas redes de sociabilidade, que, atualmente, podem ser acionadas por meio dela.

REFERÊNCIAS

APPADURAI, Arjun. Soberania sem territorialidade. **Revista Novos Estudos CEBRAP**, v. 49, p. 39-46, 1997.

ASANTE, Molefi Kete. The classical African concept of Maat and human communication. **Black/Africana communication theory**, p. 11-23, 2018.

BARRETO LEBLANC, Rodrigo. O quilombo contemporâneo nas imagens em rede. **Revista Brasileira de Estudos da Comunicação**, 2019.

BROCK, André. ***Distributed Blackness: African American cybercultures***. New York: NYU Press, 2020.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CASTELLS, Manuel et al. **A sociedade em rede: do conhecimento à ação política.**, 2002.

DANIELS, Jessie. **Cyber racism: White supremacy online and the new attack on civil rights**. Rowman & Littlefield Publishers, 2009.

DIAS, Luciene de Oliveira. Direitos “quase humanos”: vivência para ensinar e aprender a comunicação dialógica. **Revista de Comunicação Dialógica**, n. 3, p. 86-106, 2020.

DIAS, Luciene de Oliveira. **Aquilombamento**. Goiânia: Cegraf UFG, 2022.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. São Paulo: Global, 1933.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano. São Paulo: Global, 1936.

JOSIOWICZ, Alejandra Judith. Eva Peron e Jorge Luis Borges, peronismo e antiperonismo em tempos de pandemia: polifonia e interdiscursividade em tecnoculturas digitais. **Matraga-Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ**, v. 28, n. 53, p. 298-313, 2021.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2014.

LUHMANN, Niklas. **O Conceito de sociedade**. In: NEVES, C. B.; SAMIOS, E. M. B.(Org.). Niklas Luhmann: a nova teoria dos sistemas. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1997.

MARCELO, Adriana Rabelo Rodrigues; CARDIAS, Renata Castro. Comunicação, identidade e território: caminhos para as comunidades quilombolas da Caçandoca em Ubatuba e do Mandira em Cananéia. **Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional**, v. 20, n. 20, p. 309-323. 2016.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Até que ponto, de fato, nos comunicamos?** Paulus, 2004.

NAKAMURA, Lisa. Race and identity in digital media. In: CURRAN, James; GUREVITCH, Michael (ed.). **Mass media and society**. London: Hodder Arnold, 2010, p. 331-346.

NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. Petrópolis: Vozes, 1980.

NASCIMENTO, Abdias do. **Povo negro brasileiro**: o seu papel na sociedade nacional. São Paulo: Perspectiva, 1998.

NASCIMENTO, Beatriz. **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidades nos dias da destruição**. Filhos da África, 2018.

RAJI, Inioluwa Deborah et al. Saving face: Investigating the ethical concerns of facial recognition auditing. In: **Proceedings of the AAAI/ACM Conference on AI, Ethics, and Society**. 2020. p. 145-151.

ROSHANI, Niousha. Discurso de ódio e ativismo digital antirracismo de jovens afrodescendentes no Brasil e Colômbia. **COMUNIDADES, ALGORITMOS E ATIVISMOS DIGITAIS**, 2020.

ROTH, Lorna. Questão de pele: os cartões Shirley e os padrões raciais que regem a indústria visual. **Zum: Revista de fotografia**, v. 10, 2016.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. Edusp, 2019.

SIGNATES, Luiz. **Da exogenia aos dispositivos: roteiro para uma teorização autônoma da comunicação.** In: LÍBERO, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 143-152, jul./dez. 2015.

SILVA, Tarcízio; BIRHANE, Abeba (Ed.). **Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: Olhares afrodiaspóricos.** LiteraRUA, 2020.

SILVA, Tarcizio. Racismo Algorítmico em Plataformas Digitais: microagressões e discriminação em código. **Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: olhares afrodiaspóricos**, 2019.

SODRÉ, Muniz. Sobre a episteme comunicacional. **Matrizes**, v. 1, n. 1, p. 15-26, 2007.

TRINDADE, Luiz Valério P. **Mídias sociais e a naturalização de discursos racistas no Brasil.** Comunidades, Algoritmos e Ativismos Digitais, p. 26, 2020.

Lucas Lustosa de Brito

Doutor em comunicação pela Universidade Federal de Goiás/ UFG (2023) com doutorado sanduíche no Department of Communication da University of California, San Diego (UCSD / PDSE-CAPEs). Foi Professor Substituto no curso de Relações Públicas da Universidade Federal de Goiás, Área/Disciplina: Fotografia, Audiovisual e Planejamento Gráfico. Pesquisador no Grupo de Pesquisa em Narrativas da Diferença - PINDOBA. Visiting Scholar no Black Studies Project da University of California, San Diego (BSP/UCSD). Atua nas áreas de Comunicação, Cidadania e Cultura com foco nos impactos afrodiaspóricos em rede; Linguagem Visual, Análise Discursiva e Racismo Midiático.



Esta obra está licenciada com uma Licença
Creative Commons Atribuição-Não-Comercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional